



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2015

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA E. TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

Proc. TRF2-EOF-2015/00031

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____ nº _____ – _____ – _____/_____, CEP: _____, Tel.: (0xx____) _____ / (0xx____) _____, representada neste ato por seu **Representante Legal, Sr.** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00031, em consequência do Pregão Eletrônico nº **032/2015**, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2014, por despacho lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestação de serviços especializados em lavanderia para atender as necessidades da Divisão de Assistência à Saúde (DISAU) e do Núcleo de Atividades Auxiliares (NUATA) deste E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em lavanderia para atender as necessidades da Divisão de Assistência à Saúde (DISAU) e do Núcleo de Atividades Auxiliares (NUATA), conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2015 e seu Anexo I e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1.1 - Descrição das peças:

ITEM	PEÇAS PARA LAVAGEM
01	Lençol
02	Fronha
03	Compressa de algodão
04	Campo cirúrgico
05	Colcha
06	Cobertor
07	Manta para sofá
08	Pano de Hamper
09	Toalha de mesa
10	Toalha de rosto
11	Toalha de banho
12	Pano de biombo
13	Pano de prato
14	Toga de gala em tecido cetim podange preto
15	Toga de serviço em tecido cetim podange preto
16	Capa de advogado em tecido cetim podange preto
17	Capa de secretário em tecido cetim podange preto
18	Pelerine em tecido cetim podange preto
19	Saia em tecido jacquar preto
20	Calça comprida em tecido jacquar preto
21	Blazer em tecido jacquar preto

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – Quanto aos itens 01 a 13:

2.1.1 - A Contratada atenderá aos serviços solicitados, via telefone, pela Seção de Assistência de Enfermagem [SECENF], 01 (uma) vez ao mês, salvo em situações excepcionais.

2.1.1.1 – A solicitação dos serviços ocorrerá até às 18:00h.

2.1.2 - A Contratada deverá retirar as peças na SECENF [Rua Acre, 80 - 10º andar] deste Tribunal, no 1º dia útil subsequente à data da solicitação, e entregá-las no mesmo local, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

2.1.3 - As peças deverão ser entregues lavadas, passadas e devidamente embaladas em saco plástico.

2.1.4 - A Contratada deverá apresentar um rol das roupas retiradas, para controle das peças, deixando uma via com a Seção de Enfermagem.

2.1.5 – No ato da entrega da roupa haverá conferência do rol por um servidor da SECENF juntamente com o funcionário da Contratada.

2.2 – Quanto aos itens 14 a 21:

2.2.1 - A Contratada atenderá aos serviços solicitados, via telefone e/ou correspondência eletrônica, pelo Núcleo de Atividades Auxiliares [NUATA], 01 (uma) vez no semestre, podendo haver peças a serem lavadas fora desta periodização.

2.2.1.1 – As quantidades de peças solicitadas poderão ser variáveis.

2.2.2 - A Contratada deverá retirar as peças no NUATA [Rua Acre, 80 – sala 1403a] deste Tribunal, no 1º dia útil subsequente à data da solicitação, e entregá-las no mesmo local, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.2.3 – A retirada e a entrega das peças, pela Contratada, ocorrerão no horário das 11:00h às 17:00h.

2.2.4 - A Contratada deverá efetuar o conserto de qualquer dano causado às peças que porventura venham a ocorrer em decorrência do serviço prestado.

2.2.5 - As peças deverão ser entregues lavadas e passadas, para uso imediato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá utilizar tratamento específico na lavagem de roupas do objeto deste Contrato, para que ocorra um processo de desinfecção adequado;

3.2 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante;

3.3 - Permitir que seus empregados em serviço nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

3.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.5 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.1 - Em conformidade com o artigo 74 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante recibo, da seguinte forma:

4.1.1 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do atesto do documento correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

4.2 – O recibo será emitido pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do presente Contrato.

4.3 - O recebimento definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.4 – Após a assinatura do Contrato, o Contratante designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

5.1 - DO PREÇO:

5.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	PEÇAS PARA LAVAGEM	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
01	Lençol	173		
02	Fronha	15		
03	Compressa de algodão	20		
04	Campo cirúrgico	06		
05	Colcha	01		
06	Cobertor	02		
07	Manta para sofá	02		
08	Pano de Hamper	12		
09	Toalha de mesa	04		
10	Toalha de rosto	47		
11	Toalha de banho	06		
12	Pano de biombo	05		
13	Pano de prato	15		
14	Toga de gala em tecido cetim podange preto	05		
15	Toga de serviço em tecido cetim podange preto	05		
16	Capa de advogado em tecido cetim podange preto	05		
17	Capa de secretário em tecido cetim podange preto	05		
18	Pelerine em tecido cetim podange preto	05		
19	Saia em tecido jacquar preto	30		

20	Calça comprida em tecido jacquar preto	10		
21	Blazer em tecido jacquar preto	30		
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO				

5.1.2 - O valor total GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

5.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos.

5.2 - DO REAJUSTE:

5.2.1- Os valores contratados, serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N° índice da data do reajuste

I_o = N° índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.

P = Preço a ser reajustado.

5.2.2- A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

5.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterar.

5.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

5.2.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 5.2.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 5.2.1.

5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1 - O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de apresentação do documento fiscal, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e

contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras deste Tribunal, na Rua Acre n.º 80 – 16.º andar, sala 1604, das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (duas) vias, acompanhado de cópia da relação das peças encaminhadas para lavagem durante o mês, devidamente recebida e conferida pelo gestor do Contrato.

5.3.3 – Para fins do disposto no item 5.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

5.3.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007

5.3.5 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

5.3.5.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.3.5, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.3.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e da reapresentação.

5.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

5.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.6013

Elemento de Despesa: 33.90.39.46

PTR: 085.385

Nota de Empenho: _____

6.2 - Na parcela referente ao exercício de 2016, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova aquisição e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

7.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6- O período de atraso será contado em dias corridos.

7.7 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda o presente Contrato.

7.8 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ª RG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.9 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

7.10 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas no documento a seguir indicado, o qual fica fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrarie as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2015, e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/2015, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/___ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS FISCALIZAÇÃO

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído pelo seu suplente, também designado.

10.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

10.2.2 – Ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados;

10.3 – Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nos projetos ou especificações fornecidas pelo Contratante, a contratada somente poderá fazê-lo mediante previa autorização da fiscalização.

10.4 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.3 – A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1- Após o término deste Contrato a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item 12.1, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

Pág. 10